



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903

FONE: 2075-4500

PROCESSO	2020/00351		
INTERESSADA	Escola Paulista da Magistratura		
ASSUNTO	Alterações no Projeto Curso de Especialização em Direito Processual Penal - Comarca de Sorocaba e comunicação de nova turma		
RELATOR	Cons. Hubert Alquéres		
PARECER CEE	Nº 328/2020	CES "D"	Aprovado em 25/11/2020 Comunicado ao Pleno em 02/12/2020

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

O Diretor da Escola Paulista da Magistratura comunica a este Conselho, por meio do Ofício nº 425/2020 – fa, protocolado em 15/09/2020, a implantação de nova turma do Curso de Especialização em Direito Processual Penal na Comarca de Sorocaba, sede do Núcleo Regional, conforme Parecer CEE 482/2018, com **início em 05/10/2020 e término previsto para 26/04/2022**, nos termos da Deliberação CEE 147/2016 - fls. 03.

O documento foi juntado aos autos em 17/09/2020 e sua distribuição na AT foi realizada em 21/09/2020. Foi baixada diligência em 24/09/2020, por meio do Ofício AT 156/2020, para que a Instituição revisse a designação dos docentes responsáveis pelos módulos. A Escola atendeu ao solicitado em 20/10/2020, pelo Ofício nº 638/2020-fa, juntado aos autos em 29/10/2020 – fls. 34.

O Diretor da Escola é o Sr. Desembargador Luís Francisco Aguilár Cortez. A Instituição encontra-se reconhecida por este CEE conforme Parecer CEE 296/2016 e Portaria CEE/GP 327/2016, publicada em 01/10/2016, por cinco anos.

O Curso de Especialização em Direito Processual Penal foi aprovado pelo Parecer CEE nº 133/02. Posteriormente, foram aprovadas alterações pelos Pareceres CEE 341/2018, 482/2018 e 381/2019. A quantidade de vagas aprovadas para o Curso é de 140.

A Instituição esclarece que: *“diante da situação atual de pandemia do novo Coronavírus, a EPM adaptará o curso de modo a seguir as recomendações indicadas na Del. CEE nº 177/2020, mormente no que se refere aos parágrafos 1º e 3º do artigo 4º.*

Para os seminários, será utilizada a Plataforma Moodle, que permite registro da frequência de seu corpo discente de forma bastante eficaz (o horário exato de acesso fica anotado), assim como do corpo docente, além de permitir a entrega de todas as atividades previstas para avaliação do processo ensino-aprendizagem, como fichamentos e trabalhos, com trava de envio após o prazo determinado pela Coordenação.

As palestras serão transmitidas ‘ao vivo’ a todos os alunos, por meio da Central de Vídeos da EPM, com acesso mediante login e senha, que igualmente registram entrada e saída do ambiente virtual.

Tão logo a situação seja normalizada e os Órgãos de Saúde competentes recomendem, as aulas poderão ser retomadas no modo presencial, com os ajustes que forem determinados e aproveitando a experiência atual.

Por oportuno, informo que o projeto apresentado e aprovado por esse E. Colegiado não sofreu alterações, passando a Coordenação, anteriormente a cargo dos Desembargadores Marco Antonio Marques da Silva e Ruy Alberto Leme Cavalheiro, a ser do Juiz Gláucio Roberto Brittes de Araújo, Doutor em Direito Penal pela USP (cópia da titulação segue anexa). A Coordenação local ficará a cargo do Juiz Jayme Walmer de Freitas, Doutor em Direito pela PUC-SP.”

A Del. CEE 147/2016 não prevê atividades na modalidade à distância. Já a Del. CEE 177/2020, que *fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo*, permitiu que as Instituições reorganizassem seus

calendários escolares, podendo propor a realização de atividades escolares não presenciais, conforme especifica em seu art. 6º:

“Art. 6º O contido nesta Deliberação aplica-se, no que couber, às Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, especialmente as de que tratam as Deliberações CEE 171/2019 e 147/2016.

§ 1º - No caso da utilização da modalidade EaD como alternativa à organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, neste ano de 2020 as instituições de educação superior poderão considerar a previsão contida no art. 2º da Portaria MEC 2.117, de 6 de dezembro de 2019, bem como no disposto no art. 1º da Portaria MEC 343, de 17 de março de 2020.

§ 2º - Excetuam-se desta Deliberação, as atividades de aprendizagem supervisionada em serviço para os Cursos na Área da Saúde, as práticas profissionais em estágios e atividades em laboratórios.”

A Escola ressalta que o local onde será ministrado o Curso conta com apoio administrativo e autonomia suficientes para execução de tal projeto, que terá total supervisão da matriz em São Paulo.

Apesar de informar que não foram realizadas alterações, elencamos a seguir o que foi verificado em comparação com os Pareceres anteriormente citados:

A carga horária total do Curso passou a ser de 472 horas/aula (anteriormente eram 454 h/a), com a seguinte distribuição:

Par. CEE nº 482/2018	2020
Módulo I – Introdução e Parte Geral de Direito Processual Penal	
130 h/a, sendo 15 palestras e 14 seminários (de 4 h/a cada) + 14 horas de fichamentos obrigatórios	157 h/a (140 h/a presenciais + 17 h de fichamentos obrigatórios)
Módulo II – Temas Gerais e Atuais de Direito Processual Penal I	
108 h/a, sendo 12 palestras e 12 seminários (de 4 h/a cada) + 12 horas de fichamentos obrigatórios	117 h/a (104 h/a presenciais + 13 h de fichamentos obrigatórios)
Módulo III – Temas Atuais de Direito Processual Penal II	
135 h/a, sendo 15 palestras e 15 seminários (de 4 h/a cada) + 15 horas de fichamentos obrigatórios	108 h/a (96 h/a presenciais + 12 h de fichamentos obrigatórios)
Módulo IV – Temas Atuais de Direito Processual Penal III e Orientação de Monografia	
81 h/a, sendo 5 palestras e 5 seminários (de 4 h/a cada) + 5 horas de fichamentos obrigatórios	90 h/a (84 h/a presenciais + 6 h de fichamentos obrigatórios)
Total=454 h/a	Total=472 h/a

Conforme informado, a **Coordenação passou a ser realizada pelo Prof. Gláucio Roberto Brittes de Araújo**, Doutor em Direito Penal pela USP, Mestre em Direito Penal pela PUC/SP, Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura e Graduado em Direito pela USP.

Já a **Coordenação local ficará a cargo do do Juiz Jayme Walmer de Freitas**, Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP e Graduado em Ciências Sociais Aplicadas pelo Centro Universitário Euripedes de Marília.

Após diligência, foi encaminhada nova designação de docentes para os módulos, conforme segue:

Par. CEE nº 482/2018	2020
Módulo I – Introdução e Parte Geral de Direito Processual Penal	
Breno Gimenes Cesca, Mestre em Direito – USP Guilherme Madeira Dezem, Doutor em Direito Processual - USP	1. Jayme Walmer de Freitas, Doutor em Direito pela PUC/SP 2. Cássio Henrique Dolce de Faria, Especialista em Direito Tributário pela UNIP
Módulo II – Temas Gerais e Atuais de Direito Processual Penal I	
Jayme Walmer de Freitas, Doutor em Direito das Relações Sociais – PUC/SP Miguel Marques e Silva, Mestre em Direito das Relações Sociais – PUC/SP	3. Danilo Fadel de Castro, Especialista em Direito do Consumidor pela EPM 4. João Guilherme Ponzoni Marcondes, Mestre em Direito pela USP
Módulo III – Temas Atuais de Direito Processual Penal II	
Pedro Aurélio Pires Maringolo, Esp. em Direito Penal e Criminologia – USP Ruy Alberto L. Cavalheiro, Mestre em Direito das Relações Sociais – PUC/SP	5. Éverton Willian Pona, Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina 6. Gláucio Roberto Brittes de Araújo, Doutor em Direito Penal pela USP
Módulo IV – Temas Atuais de Direito Processual Penal III e Orientação de Monografia	
Silmar Fernandes, Especialização em Direito Penal – ESMP	7. José Ruy Borges Pereira, Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP

Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede, Doutorado em Educação - UNICAMP	8.Luciana Carone Nucci Eugênio Mahuad, Mestre em Direito pela USP
--	---

De acordo com a Del. CEE 147/2016:

“Art. 8º A titulação mínima dos docentes para os cursos de especialização é o grau de mestre obtido em instituição credenciada.

§ 1º - Excepcionalmente, poderão ser autorizados cursos com docentes sem o título de mestre, se portadores, no mínimo, de certificado obtido em curso de especialização da mesma área, área correlata, da disciplina em que lecionará, desde que o total de docentes nessa condição não ultrapasse 1/3 (um terço) do total de docentes do curso;

§ 2º - Cada membro do corpo docente, observada a expertise de sua qualificação, poderá lecionar apenas 1/3 (um terço) das disciplinas e da carga horária previstas na matriz curricular do curso por turma.

(...)

Art. 11 Mantidas as mesmas condições, a instituição poderá oferecer um curso já autorizado para novas turmas e em novos locais, comunicando o fato ao Conselho Estadual de Educação, por meio de ofício, no qual conste:

a) declaração de que não houve alteração no projeto aprovado;

b) calendário do curso para a nova turma.

§ 1º – Atualizações de bibliografia e do conteúdo das ementas do curso não necessitam nova aprovação do projeto, devendo, todavia, providenciar-se sua juntada à declaração prevista no item “a” deste artigo;

§ 2º - Será entendida como manutenção das condições de oferta a substituição de docente, inicialmente aprovado, por outro, com titulação igual ou superior àquele e formação relacionada à disciplina em que atuará, devendo a mudança ser informada nos mesmos termos do § 1º deste artigo.

§ 3º - O aumento do número de vagas para novas turmas somente poderá ser oferecido com prévia autorização do Conselho Estadual de Educação.”

Também foi encaminhada a relação de professores assistentes do Curso:

- Cássio Henrique Dolce de Faria (Especialista em Direito Civil pela UNIP);
- Danilo Fadel de Castro (Especialista em Direito do Consumidor pela EPM);
- Éverton Willian Pona (Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina);
- Jayme Walmer de Freitas (Doutor em Direito pela PUC-SP);
- João Guilherme Ponzoni Marcondes (Mestre em Direito pela USP);
- José Ruy Borges Pereira (Mestre em Direito da Relações Sociais pela PUC-SP);
- Luciana Carone Nucci Eugênio Mahuad (Mestre em Direito pela USP).

A partir de fls. 06 são apresentados os palestrantes relativos aos temas e o cronograma de aulas. Conforme já informado, **a nova turma foi programada para o dia 05/10/2020, com término previsto para 26/04/2022**. As aulas serão ministradas da seguinte forma: Seminários – terças-feiras, das 19h às 23h e Palestras – quintas-feiras, das 19h às 23h.

A Deliberação também estabelece que:

Art. 12 Os cursos de que trata a presente Deliberação ficam sujeitos à supervisão e à avaliação periódica dos órgãos competentes do Sistema Estadual de Ensino.

Informamos que também foram comunicadas novas turmas deste Curso nos seguintes locais: Sede, Comarca de São José dos Campos-Núcleo Regional de São José dos Campos, Comarca de Santos, Comarca de Guarulhos-Núcleo Regional da Capital e Comarca de Campinas.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento nas Deliberações CEE 147/2016 e 177/2020, a alteração no Projeto do Curso de Especialização em Direito Processual Penal - Comarca de Sorocaba, oferecido pela Escola Paulista da Magistratura, e toma-se conhecimento de nova turma.

São Paulo, 20 de novembro de 2020.

a) Cons. Hubert Alquéres
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Edson Hissatomi Kai, Hubert Alquéres, Roque Theophilo Júnior e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 25 de novembro de 2020.

a) Cons. Roque Theophilo Júnior
Vice-Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Reunião por Videoconferência, em 02 de dezembro de 2020.

Consª Ghisleine Trigo Silveira
Presidente